

CONCENTRAÇÃO DE RENDA E CRISE ECONÔMICA: breve análise sobre políticas públicas e distribuição de renda no Brasil¹.

Juliana Gonçalves de Oliveira²

Resumo: Este trabalho tem por escopo principal analisar o problema da concentração de renda em nosso país, já que esta é tomada, ao mesmo tempo, como causa e como consequência de uma crise econômica. No decorrer do trabalho será feito um breve exame da atual crise do capitalismo, a Grande Recessão, sendo analisada pelo aspecto da desigualdade de renda, que, geralmente é fomentada em tempos de crise econômica. Para uma melhor compreensão do problema, pretende-se verificar, sucintamente, a diferença entre desigualdade de renda e do capital, bem como, alguns dados, fornecidos pela Receita Federal e pelo IBGE, sobre a distribuição de renda no Brasil. Ademais, a fim de verificar as possíveis soluções para o problema da concentração de renda, será feito um exame das principais políticas públicas adotadas pelo Governo Federal na tentativa de minimizar a desigualdade existente, assim como, serão abordadas possíveis medidas a serem tomadas para que a distribuição e concentração de renda se torne menos injusta em nosso país, contribuindo, assim, para a uma melhor justiça econômica e social.

Palavras-chave: concentração de renda. desigualdade. políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral fazer uma análise sobre o problema da concentração de renda no Brasil, verificar sua relação com a crise econômica atual e as medidas tomadas pelo governo, vez que, todas as grandes crises econômicas, sempre são acompanhadas ou precedidas de vastas desigualdades sociais e econômicas.

Para um melhor entendimento, este estudo foi dividido em 3 (três) partes, onde estão delineados seus objetivos específicos.

¹ Este artigo foi elaborado a partir das reflexões e estudos feitos na matéria "Políticas Públicas e Justiça Social", do mestrado em Direito e Justiça Social da FURG.

² Cursou as matérias "Políticas Públicas e Justiça Social" (2016) e "Constituição e Justiça Social" (2015) como aluna especial do Mestrado em Direito e Justiça Social da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Pós-graduada em Direito Constitucional e em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera-Uniderp (2012). Graduada em Direito pela Universidade da Região da Campanha (2009). Atualmente é advogada, sócia no escritório Quintana & Oliveira Advogados, atuando em Bagé/RS e região, e conciliadora criminal na Vara do JECrim da Comarca de Bagé/RS.

Na primeira parte poderá se verificar a questão da crise do capitalismo, pois, justamente a busca incessante por lucros e desvalorização da força de trabalho gera a concentração de renda e conseqüentemente a crise econômica. Ainda, será feita uma abordagem sobre as políticas adotadas pelo governo na tentativa de conter a crise econômica e como tais políticas impactaram na concentração de renda.

Na segunda parte será feita uma análise sobre a desigualdade de renda propriamente dita, diferenciando-se de desigualdade da renda e da riqueza a partir da distinção de renda e capital. Além do mais, serão expostos alguns dados da Receita Federal e do IBGE sobre a concentração de renda no Brasil, o que poderá auxiliar num melhor entendimento do problema que nosso país enfrenta quanto ao tema principal do trabalho.

E por fim, na terceira parte será abordada a questão das políticas públicas, analisando-se as atuais políticas que vêm sendo adotadas pelo governo federal, bem como expondo algumas possibilidades para serem adotadas na tentativa de tornar a distribuição de renda mais justa em nosso país.

A escolha do tema deu-se devido a atualidade da crise econômica e ao fato de que na tentativa de contê-la, o governo brasileiro acabou favorecendo os bancos ao invés dos trabalhadores, o que, acabou agravando as desigualdades.

Ademais, a principal problemática enfrentada no trabalho é verificar como a utilização de políticas públicas adequadas pode influenciar na redução da desigualdade de renda e contribuir para uma melhor justiça social.

1. A Crise do Capitalismo

A crise dos Suprimes, ou Grande Recessão, iniciada em 2008, teve um enfoque maior que as grandes crises econômicas anteriores, tendo enorme impacto mundial, principalmente devido à globalização. Segundo a Socióloga Ivanete Boschetti (2010, p. 65-66) a própria estrutura do capitalismo gera a crise, e por isso a crise econômica iniciada em 2008 seria mais uma crise estrutural do capitalismo, causada pela busca incessante por lucros e desvalorização do trabalho, uma crise de superprodução, derivada da busca contínua por superlucros, que, no decorrer do tempo causa um desequilíbrio entre a oferta e a demanda, onde o consumo não acompanha a produção.

Karl Marx, em sua obra “O Capital” já nos advertia que o capitalismo baseia-se na acumulação do capital e que esta acumulação surge da apropriação da produção e do trabalho, segundo Marx (2013, p. 814) “o capitalista não enriquece como o fazia o entesourador, em proporção ao seu trabalho e não consumo pessoais, mas quando suga força de trabalho alheia e obriga o trabalhador a renunciar a todos os desfrutes da vida”. Assim, desde logo percebe-se que a própria essência do capitalismo gera a crise e, conseqüentemente, a desigualdade, pois a exploração do trabalho, sem a devida contraprestação salarial impacta diretamente no consumo, o que gera uma superprodução que culmina na crise econômica.

Em regra, as crises econômicas são sempre acompanhadas por grandes desigualdades sociais e de renda. Eric Hobsbawn (1995, p. 396) já explicava que na década de 80, após a Crise do Petróleo, nos Estados Unidos e em muitos países ricos e desenvolvidos a miséria voltou a ser visível, segundo o autor “o reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica da nova era”.

Com base na análise feita por Hobsbawn (1995, p. 396-7), percebemos que o capitalismo consiste, naturalmente, em altos e baixos, por certo tempo há prosperidade, grande crescimento econômico e as classes trabalhadoras vivenciam um período de aumento real da sua renda, o que, por ora, supera as críticas dirigidas à este sistema econômico, todavia, em certo tempo, os países tendem à recessão e à crise econômica, e, segundo o autor, em períodos de crise as desigualdades aumentam e tanto os extremos de pobreza, quanto os extremos de riqueza aumentam.

Ademais, Hobsbawn (1995, p. 400-1) explica que nenhum sistema econômico é perfeito, pois, na análise histórica, tanto o capitalismo, quanto o socialismo e o neoliberalismo não mostraram-se isentos aos tempos de crise, onde sempre quem mais sofre são as classe menos abastadas e os trabalhadores que acaba sendo mais taxados e tem que conter seus padrões de vida para suportar os períodos de crise.

1.1 Concentração de renda como causa e consequência da crise

Confirmada a ideia de que a atual crise econômica é uma crise estrutural do capitalismo, seguimos na análise das causas e consequências da referida crise.

Desde o final da Crise do Petróleo, em meados dos anos 70, a grande maioria dos países desenvolvidos passou a adotar um sistema econômico baseado no capitalismo neoliberal, o que, não foi diferente no Brasil. Embora inicialmente esse neoliberalismo pareça benéfico ao crescimento econômico, à longo prazo uma de suas consequências é justamente a crise, pois o consumo não consegue acompanhar a produção, na medida que os salários não crescem na mesma velocidade e proporção que a produção.

Sendo, a Grande Recessão, uma crise econômica de impacto mundial, iniciada nos Estados Unidos, o Brasil tentou contê-la, tomando uma série de medidas, entretanto tais medidas, por piorarem a questão da concentração de renda, não evitaram a crise em nosso país, mas apenas adiaram seus efeitos. A política de intervenção estatal na economia e de amparo aos bancos, gerou ao mesmo tempo, grande especulação financeira e endividamento da população, o que, instaurou, definitivamente a crise econômica no Estado brasileiro (BOSCHETTI, 2010, p. 79-80).

Embora o governo brasileiro tenha tentado impedir os efeitos da crise econômica mundial, adotando diversas medidas de controle da economia, cabe transcrever o seguinte trecho, exposto por Boschetti (2010, p; 82), onde percebe-se que todas as medidas tomadas pelo governo somente aumentaram a concentração de renda, vejamos: “Por trás da aparente condição de ausência de crise, temos um país endividado, que deve aproximadamente metade de sua produção, que favorece a lucratividade do sistema bancário e o endividamento e empobrecimento da classe trabalhadora”.

1.2 Os custos da crise para as políticas de distribuição de renda

No que se refere ao Brasil, a Grande Recessão impactou em muito nas políticas públicas, sendo que, no entendimento de Boschetti (2010, p. 77) os antídotos utilizados pelo Governo brasileiro para conter a crise econômica acabaram por aumentar o abismo entre pobres e ricos e a agravar o problema da concentração de renda, pois favoreceu-se o lucro em detrimento das políticas sociais.

Na tentativa de conter a crise econômica, o governo brasileiro tomou diversas medidas, dentre elas: o controle da dívida pública, mantendo o pagamento de encargos e juros da dívida pública; a geração de um elevado superávit, através da extração de recursos do orçamento da seguridade social; um elevado crescimento econômico, com a intenção de blindar a economia do país; a manutenção de uma taxa de juros alta; a redução do imposto sobre produtos industrializados, para impulsionar o consumo; entre outros. Ocorre que, o demasiado estímulo ao consumo, em conjunto com a facilidade de crédito e as altas taxas de juros acabaram por tornar a população altamente endividada.

Assim, plenamente acertada a opinião de Boschetti, que diz que os antídotos tomados pelo governo para conter a crise “são amargos para o trabalho e doces para o capital” (BOSCHETTI, 2010, p. 74). Na opinião da autora (2010, p. 74) as medidas tomadas pelo governo para conter a crise deveriam visar reduzir as desigualdades econômicas e sociais, tais como “um projeto de desenvolvimento com desconcentração de renda, ampliação dos direitos e universalização das políticas sociais”.

2. Desigualdade de Renda

Muito embora, liberais e esquerdistas diverjam sobre os métodos utilizados para reduzir as desigualdades de renda, os primeiros consideram que somente as forças do mercado e o aumento da produtividade podem melhorar a renda à longo prazo e os segundos entendem que somente as lutas sociais e as políticas públicas podem atenuar as desigualdades, ambos concordam que “a desigualdade se deve, ao menos em parte, a fatores fora do controle dos indivíduos, como a desigualdade das dotações iniciais dotadas pela família ou pela sorte”. (PIKETTY, 2015, p. 09-10)

Nota-se que há diversos fatores que geram a desigualdade de renda, assim, no presente artigo abordaremos brevemente a diferença entre desigualdade da renda e desigualdade da riqueza, bem como os dados da desigualdade em nosso país.

2.1 Desigualdade da Renda e da Riqueza

Segundo Piketty (2014, p. 24-25), a renda pode ser fragmentada em renda do trabalho, que é aquela proveniente dos salários e gratificações derivadas do trabalho, e em renda do capital, que seria a oriunda de aluguéis, juros, royalties, dividendos, entre outros. Logo, com base nos dois tipos de renda, percebe-se que a desigualdade de renda também é múltipla, pois, teríamos a desigualdade da renda propriamente dita e a desigualdade da riqueza, que levaria em consideração as fortunas e heranças.

Nesse sentido, cabe observar a diferenciação feita por Piketty (2014, p. 56), entre renda e capital, vejamos:

A renda é um fluxo e corresponde à quantidade de bens produzidos e distribuídos ao longo de um determinado período (geralmente se usa o ano-calendário como período de referência).

O capital é um estoque e corresponde à quantidade total de riqueza existente em um dado instante. Este estoque resulta dos fluxos de renda apropriados ou acumulados ao longo dos anos anteriores.

Analisando-se o contexto histórico, percebe-se claramente a diferença entre renda e capital/riqueza, pois, a diminuição das desigualdades ocorrida ao longo do século XX não se deu principalmente pelo aumento dos salários e melhor distribuição destes, mas sim, pelo fato que após grandes guerras e crises, a concentração de renda do capital e de fortunas reduziu bastante. Assim, percebe-se que apenas políticas públicas de distribuição de renda não irão solucionar o problema da desigualdade no Brasil, principalmente enquanto não se falar, por exemplo, em taxação das grandes fortunas, ou outras medidas capazes de reduzir além da concentração da renda, a concentração do capital.

2.2 Dados sobre a desigualdade e concentração de renda no Brasil

Conforme verificamos anteriormente, as medidas, tomadas pelo governo brasileiro, para tentar conter a crise econômica acabaram favorecendo a especulação financeira, o que, acabou piorando o quadro de concentração de renda em nosso país.

Segundo dados da Receita Federal sobre o Imposto de Renda Pessoa Física³, no ano de 2013, menos de 1% dos contribuintes concentram cerca de 30% de toda a riqueza declarada em bens e ativos financeiros. Ainda segundo os dados do IRPF 2013, o número de super-ricos, que são aqueles que recebem mais de 160 salários mínimos por mês, caiu de 73.743 para 71.440.

Analisando-se os dados trazidos pela Receita Federal, percebe-se o tamanho da desigualdade e concentração de renda em nosso país. De acordo com a Receita Federal, apenas 0,3% dos declarantes de Imposto de Renda em 2013 correspondem à 14% da renda total e a 21,7% da riqueza do país. Se fizermos o somatório daqueles que recebem mais de 80 salários mínimos por mês, chega-se ao número absurdo de 0,8% dos contribuintes, respondendo sozinhos por 30% da riqueza total declarada no país.

No auge da crise econômica e política, além da concentração de renda, o Brasil enfrenta o problema do desemprego, que, por óbvio, aumenta a desigualdade. Segundo o IBGE⁴, o Brasil encerrou o ano de 2015 com a maior taxa de desemprego dos últimos anos. A pesquisa mais recente, feita pelo IBGE⁵, expõe que no início do ano de 2016 houve uma pequena recuperação da taxa de desemprego, entretanto, já no mês de fevereiro de 2016 o rendimento do país sofreu uma queda e consequentemente a taxa de desemprego voltou a subir, fechando em 7,6%.

Ademais, interessante mencionar que a desigualdade de renda existe até mesmo entre os Estados brasileiros, pois, há grande diferença entre a renda mensal *per capita* dos Estados do Sul, Sudeste e Centro a dos Estados do Norte e Nordeste do país. Tomando por exemplo a unidade da federação com maior renda

³ Os dados apresentados têm por base o Estudo “Grandes números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas - Ano-Calendário 2013”. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/grandes-numeros-dirpf-capa>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

⁴ Contando com uma taxa média de 8,4% de desemprego no ano de 2015. De acordo com as estatísticas da Nota Técnica “Reponderação das estimativas da Pesquisa Mensal de Emprego 2002-2015”. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultnotas.shtm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

⁵ Dados obtidos na “Pesquisa Mensal de Emprego - estimativas para o mês de fevereiro de 2016”. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2016/pme_201602pubCompleta.pdf> Acesso em 17 jun. 2016.

per capita (Distrito Federal) e a com menor (Maranhão), segundo o IBGE⁶, a diferença é de mais que o quádruplo.

Logo, percebe-se a necessidade de políticas públicas focadas na geração de emprego e na redução das desigualdades econômicas e sociais, para que se possa superar a crise econômica sem o total empobrecimento da população trabalhadora.

3. Políticas Públicas e Concentração do Capital

Após a análise do cenário atual de nosso país, quanto à desigualdade na distribuição de renda, cabe-nos analisar o que está sendo feito e algumas possibilidades para mudar este cenário e tornar o Brasil um país mais justo.

3.1 As atuais políticas de distribuição de renda

Os programas sociais adotados pelo Governo Federal têm sido no sentido de focalizar as transferências de renda para as famílias mais pobres mas não em estimular de maneira significativa a acumulação de capital humano das novas gerações, logo, tais programas visam apenas uma redução na desigualdade da renda, mas não da do capital/riqueza.

Dentre as principais políticas assistenciais de transferência de renda adotadas pelo Governo Federal brasileiro, temos o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS), o benefício da aposentadoria rural e o Bolsa Família (BF), sendo, este último o mais amplo e o único que se configura como programa de transferência direta de renda.

O programa Bolsa Família foi criado no ano de 2013, como resultado da união de quatro programas pré-existentes, quais sejam: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. O programa é direcionado à famílias em

⁶ Segundo a nota metodológica “Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação – 2015” originária da “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua”, o Maranhão tem um rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de R\$ 509,00, enquanto o Distrito Federal possui um rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de R\$ 2.254,00. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015_20160420.pdf>. Acesso em 17 jun. 2016.

situação de pobreza e de pobreza extrema e consiste em benefícios básicos e variáveis.

Analisando-se os dados trazidos por André Portela Souza (2011, p. 169), percebe-se que dos três principais programas de transferência de renda, o Bolsa Família é, certamente, o de maior alcance e menos custoso, vez que, no ano de 2009, o BPC alcançou cerca de 3,5 milhões de beneficiários e os valores gastos corresponderam a 0,6% do PIB, a aposentadoria rural beneficiou cerca de 8,1 milhões de pessoas e os valores gastos corresponderam a 1,7% do PIB, já o BF beneficiou cerca de 13 milhões de famílias e os seus custos corresponderam a cerca de 0,5% do PIB.

Souza (2011, p. 175-177) explica que o programa Bolsa Família trás benefícios à curto e à longo prazo. À curto prazo pode-se observar uma rápida redução das desigualdades pois aumenta, ainda que pouco, de maneira célere, a renda dos mais pobres. Já à longo prazo, o autor explica que o programa auxilia em “melhorias potenciais na formação do capital humano”, melhorando a saúde e a educação das futuras gerações, bem como reduzindo o trabalho infantil e a fecundidade.

Todavia, o fato das principais políticas públicas voltadas para redução das desigualdades, serem focadas na distribuição de renda gera críticas de alguns autores. Souza, (2011, p. 181) questiona o fato das políticas públicas não estimularem a acumulação de capital para as novas gerações, o que, impede que se elimine a pobreza no país. Já Boschetti (2010, p. 83) aduz que o governo vem usando as políticas de distribuição de renda, em detrimento das políticas de geração de emprego, o que, ao seu ver não permite a “socialização da riqueza e fim de todas as formas de mercantilização da vida”.

3.2 Perspectivas para uma distribuição mais justa da renda

Conforme observado anteriormente, embora as políticas de distribuição de renda mostrem-se eficazes para reduzir a extrema pobreza, não são capazes, de reduzir, sozinhas, as desigualdades da renda e do capital.

Nesse sentido, John Rawls trás a questão da justiça entre gerações, para a qual seria fundamental, um estímulo à população na acumulação de capital e na formação de poupança, visando uma redução da desigualdade da riqueza para as

futuras gerações. Par tanto, o autor (2008, p. 355-6) expõe que “cada geração deve, além de preservar os ganhos em cultura e civilização e manter intactas as instituições justas que foram estabelecidas, também poupar a cada período de tempo um montante adequando de capital real”.

Para tanto, Piketty (2015, p. 112) entende que “o instrumento privilegiado da redistribuição pura é a redistribuição fiscal”, segundo o autor, este seria o único meio, capaz de “corrigir a desigualdade das rendas”.

Piketty (2014, p.19) propõe um imposto progressivo sobre a renda, bem como um imposto progressivo excepcional sobre o capital privado, segundo o autor:

A tributação não é somente uma maneira de fazer com que os indivíduos contribuam para o financiamento dos gastos públicos e de dividir o ônus disso da forma mais justa possível; ela é útil, também, para identificar categorias e promover o conhecimento e a transparência democrática.

Dentro dessa progressividade de impostos, Rawls (2008, p. 360) prevê que é necessário um plano de taxas de poupança, com variações nas taxas, o que ajudaria a reduzir as desigualdades da riqueza, vez que “quando o povo é pobre e poupar é difícil, deve-se exigir uma taxa mais baixa”.

No contexto inicial da crise econômica e como esta colabora para o aumento da concentração de renda, Piketty (2014, p. 528-9) propõe a adoção de uma tabela progressiva em um imposto excepcional sobre o capital privado, que, a seu ver, seria a melhor maneira de “poupar os patrimônios mais modestos e demandar mais dos patrimônios maiores”, tal imposto seria a melhor opção para resolver o problema da dívida pública, que aumentou exponencialmente durante a grande recessão.

Segundo Piketty (2014, p. 533) “quer se trate de reduzir as desigualdades patrimoniais em caráter permanente o reduzir a dívida pública excepcionalmente elevada, o imposto progressivo sobre o capital é, em regra geral, um instrumento muito melhor”.

CONCLUSÃO

Da análise do presente trabalho constatou-se que embora o Brasil esteja obtendo certo sucesso com projetos de distribuição de renda como o Bolsa Família,

ainda carece de políticas públicas eficazes na redução das desigualdades da riqueza/capital.

Apurou-se que, embora o governo tenha tentado evitar os efeitos da crise, as medidas tomadas apenas adiaram a recessão no Brasil.

Do exame dos dados da Receita Federal e do IBGE, pôde-se verificar que, no Brasil, Em decorrência das medidas contentoras da crise, atualmente o país enfrenta uma grave crise econômica, as desigualdades aumentaram, assim como o desemprego e o endividamento da população, o que só poderá ser comedido através de políticas públicas de geração de emprego e da valorização dos trabalhadores.

A distinção entre renda e capital e entre concentração de renda e concentração da riqueza ajuda a entender porque o Brasil não consegue superar o problema da desigualdade de renda, afinal, o país somente investe em políticas públicas de distribuição de renda, a população não é estimulada, nem instruída a acumular capital para as gerações futuras, o que mantém a desigualdade.

Por fim, concluí-se que, enquanto nosso país não adotar políticas capazes de reduzir a concentração de riqueza, ainda teremos uma grande desigualdade tanto social, quanto de renda. Assim, a adoção de um imposto progressivo sobre a renda, bem como de uma taxaço progressiva sobre o capital parece ser uma opção acertada para poupar os que tem menos e os pequenos investidores, tentar evitar a especulaço financeira e taxar as grandes fortunas, na expectativa de se atingir uma distribuição de renda mais justa.

Referências Bibliográficas

BOSCHETTI, Ivanete... [et al.] (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Grandes Números IRPF - Ano-Calendarío 2013**: Tabelas 06 a 10 - Informações por faixas de salários mínimos. Brasília: CETAD, 2014.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas Técnicas**. Pesquisa mensal de emprego: Reponderação das estimativas - 2002 a 2015. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2016.

_____. **Pesquisa mensal de emprego - estimativas para o mês de fevereiro de 2016 regiões metropolitanas de:** Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente, segundo as Unidades da Federação - 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MARX, Karl. **O capital:** Livro 1. trad. Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade.** trad. André Teller. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

_____. **O capital no século XXI.** trad. Monica Baumgarten de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** trad. Álvaro de Vita. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SOUZA, André Portela Fernandes de. Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família. In: **Brasil: A Nova Agenda Social.** Org. Edmar Lisboa Bacha; Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: LTC, p. 166-186, 2011.